



O QUE DIZEM AS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DECOLONIALIDADE?

OLIVEIRA, Ericka Marcelle¹

Grupo de Trabalho (GT): Infâncias, Juventudes e Processos Educativos.

RESUMO

Este trabalho traz dados de uma pesquisa de doutorado concluída em 2023, que investigou as marcas da colonialidade nas práticas da educação infantil no Brasil. Trata-se de um estudo do tipo Estado do Conhecimento (EC), de abordagem qualitativa e natureza bibliográfico-documental, cujo *corpus* compreendeu 15 produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2022. Na especificidade deste texto, as discussões centram-se em trabalhos que analisam as práticas pedagógicas desenvolvidas em instituições de educação infantil. Conclui-se que as práticas, embora em alguns casos, marquem a reprodução de lógicas coloniais, também se constituem como espaços de resistência e de construção de alternativas emancipatórias.

Palavras-chave: Colonialidade. Educação infantil. Práticas educativas. Decolonialidade. Currículo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte de uma investigação em nível de doutorado em educação², concluída no ano de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL), que buscou analisar as marcas da colonialidade presentes nas práticas da educação infantil. Por “marcas” da colonialidade, compreendo as formas de reprodução, significação e criação cultural e social no que tange à colonialidade (do saber, do poder e do ser) e seus efeitos expressos nas relações sociais e práticas educativas desenvolvidas em contextos de educação infantil (Oliveira, 2023).

Ao falarmos de educação infantil, nos referimos à educação das infâncias em contextos brasileiros diversos, nos quais as crianças têm sido submetidas a condições de opressão fundadas em hierarquias raciais, sociais, culturais e econômicas, operadas pelo sistema moderno/colonial/capitalista.

A decolonialidade, ou giro decolonial, nos desafia então a desmistificar os olhares para a educação infantil, em um movimento que vai além da denúncia, englobando também a recusa à herança moderna colonial presente nas relações, espaços e tempos educativos, que seguem perpetuando a colonialidade a partir de práticas, discursos e ideias que subalternizam determinados indivíduos, saberes, culturas e localidades. Ao

¹ Universidade Federal de Alagoas. erickamarcelle2@yahoo.com.br.

² A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL). Foi orientada pelo Dr. Anderson de Alencar Menezes (PPGE/UFAL) e pelo Dr. Clériston Izidro dos Anjos (PPGE/UFAL).





mesmo tempo, nos insta a ir em busca de configurações relacionais, sociais e educativas, dentro desse espaço educativo, que o afirme como um lugar possível de emancipação.

Nos limites deste trabalho, busca-se compreender a colonialidade presente em contextos de educação infantil, a partir de pesquisas que tomam para análise elementos das práticas educativas, em articulação com a categoria decolonial. Para tanto, partimos dos resultados de um estudo do tipo Estado do Conhecimento (EC), de natureza bibliográfico-documental e abordagem qualitativa, que analisou um conjunto de 15 dissertações e teses brasileiras na área da educação, produzidas entre os anos de 2014 a 2022.

OBJETIVOS

Analisar como a produção acadêmica brasileira *stricto sensu*, no período de 2014 a 2022, tem discutido e problematizado as práticas pedagógicas da educação infantil a partir da episteme decolonial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A colonialidade se constitui como um padrão de poder materializado de diferentes formas, por meio da classificação social da população mundial a partir da ideia de raça Quijano (1992). Essa ideia se expressa nas formas de dominação colonial a partir de uma racionalidade eurocêntrica, que impactou de forma contundente as experiências de vida de sujeitos indígenas, negros e outros grupos racializados que compõem territórios que passaram pela experiência colonial ocidental a partir do ano de 1492.

Esse padrão de poder, a colonialidade, se sustenta por meio de discursos, práticas, leis, sistemas políticos, econômicos, que constituem o paradigma moderno/colonial/eurocêntrico e persistem ainda nas sociedades ocidentalizadas, mesmo com o fim da administração colonial.

Conforme Garcez e Pozzer (2022), a construção das identidades dos sujeitos coloniais ocorreu no interior desse processo colonialista eurocêntrico, o qual descreve a história da humanidade a partir de uma referência e perspectiva única: a do colonizador branco, masculino e europeu. Da mesma forma, a história da infância no continente latino-americano sofreu as consequências desse pensamento hegemônico ocidental,





marcado pela subalternização e pelo silenciamento, por meio de uma classificação hierarquizante que marginaliza as crianças.

Como consequência, esse ideário colonial da modernidade europeia perpassa diversas dimensões da vida social, se reatualiza e promove impactos econômicos, culturais e políticos, na educação e na educação infantil, que são componentes importantes de perpetuação dessa lógica colonialista. A modernidade e sua forma colonial marcam o início da história ocidentalizada e da institucionalização da infância, com uma reconfiguração dos espaços públicos e privados em que a escola passa a ser o principal território educativo das crianças.

Nesse sentido, conhecer o debate que tem sido construído pelas pesquisas em educação infantil quando tomam elementos das práticas educativas para análise, em articulação com a categoria decolonial, tem relevância importante para compreendermos as problemáticas atuais existentes em contextos educativos diversos, além de divulgar o saber que tem sido produzido por pesquisadoras e pesquisadores nas universidades de forma cada vez mais dinâmica.

É fundamental considerar que os sujeitos confrontam e resistem às lógicas coloniais, expressas também nos ambientes educativos. Ao lançarmos nosso olhar para as práticas educativas, é possível desvelar os movimentos coletivos dos contextos de educação infantil e as lógicas de ação de crianças e adultos, capazes de produzir resistências decoloniais.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Este estudo traz resultados de uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento (EC), de natureza bibliográfico-documental e abordagem qualitativa. O recorte temporal da investigação compreende o período de 2014 a 2022. O corpus analítico é constituído por 15 trabalhos: 09 dissertações e 06 teses, mapeadas a partir de buscas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD), no Google Acadêmico e em repositórios digitais de universidades. O processo de sistematização e análise dos dados envolveu diferentes etapas: levantamento por palavras-chave, utilização de critérios de inclusão e exclusão, categorização temática e análise em dois níveis – quantitativo e qualitativo. Posteriormente, as pesquisas foram agrupadas a partir das questões raciais como temática principal de análise, constituída por dois eixos temáticos analíticos: i)





práticas pedagógicas da educação infantil e decolonialidade; ii) infâncias, pesquisa com crianças e decolonialidade. No recorte deste texto, é dado relevo às análises do primeiro eixo temático.

RESULTADOS

Dentre os 15 estudos que compõem o *corpus* da pesquisa, 10 (dez) investigam as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de educação infantil, no sentido de questionar e confrontar elementos da colonialidade presentes nos currículos praticados. São 07 dissertações e 03 teses (Silva, 2022; Brandão, 2021; Nascimento, 2020; Silva, 2020; Cardoso, 2018; Santos, 2018; Saitu, 2017; Lima, 2017; Silva, 2015; Araújo, 2015), que compõem o eixo temático analítico “Práticas pedagógicas da educação infantil e decolonialidade” e que serão analisadas neste trabalho.

Nesse eixo, as pesquisas foram delimitadas a partir de quatro temas: *Educação das relações étnico-raciais* (04 estudos); *Práticas antirracistas* (04 estudos); *Branquitude e práticas educativas* (01 estudo); *Práticas curriculares* (01 estudo). Esta delimitação não teve o objetivo de classificá-los ou unificá-los, mas sim favorecer a sistematização das contribuições das investigações para a compreensão da temática em análise.

A maior parte das investigações foi realizada com educadoras e crianças (04 produções), seguida de estudos com professoras (03 produções), de investigações com crianças (01 produção) e de pesquisa com educadoras, gestoras e mães de crianças (01 produção).

Observa-se uma ênfase em pesquisas desenvolvidas na pré-escola, com crianças de 4 a 6 anos de idade, evidenciando a manutenção de um baixo número de pesquisas com crianças em idade relacionada à creche no campo da educação infantil. Este dado corrobora os apontamentos de Marcos da Silva e Maria Ribeiro (2018), sobre o lugar de baixa visibilidade que as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos ainda têm ocupado nas investigações, principalmente pelo lugar que os sujeitos desse segmento etário ocupam nas políticas públicas de educação para a infância, devido à não obrigatoriedade da creche como direito da criança. Tal constatação já foi feita por Fúlvia Rosenberg (2012) e se mantém no campo de pesquisas da educação infantil.

Em relação ao tema “*Educação das relações étnico-raciais*”, as pesquisas abordam questões como as identidades étnico-raciais das crianças, sobretudo crianças negras





(Araújo, 2015); a formação continuada com professoras (Santos, 2018); a construção positiva da autoimagem das crianças negras (Silva, 2022), a atuação docente frente aos casos de racismo (Nascimento, 2020).

As pesquisas sob o tema “*Práticas antirracistas*” abordam a desconstrução da centralidade docente na ação pedagógica com as crianças (Brandão, 2021); as formas como as professoras protagonizavam e elaboravam práticas educativas antirracistas e decoloniais (Silva, 2020); a influência de práticas pedagógicas antirracistas na construção da identidade racial da criança negra (Silva, 2015); as interações das crianças a partir de práticas antirracistas, orientadas pela lei 10.639/03 (Lima, 2017).

A “*Branquitude e as práticas educativas*” foram tema de um trabalho (Cardoso, 2018), que investigou como a branquitude se expressa nas experiências educativas e pedagógicas com crianças pequenas, evidenciando uma supervalorização do branco nas relações sociais e nos espaços no contexto pesquisado.

O tema “*Práticas curriculares*” compreendeu um trabalho (Saitu, 2017), que problematiza o currículo da educação infantil estruturado a partir de datas comemorativas que privilegiam uma cultura de base eurocêntrica, patriarcal, branca e cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas analisadas evidenciam que as marcas do pensamento moderno-colonial permeiam as práticas pedagógicas, os currículos e as interações cotidianas na educação infantil. Revela-se que as ações de diferentes sujeitos, por vezes, reforçam essas lógicas em determinados contextos investigados, mas também há ações e relações, especialmente de professoras e crianças, que as desafiam, confrontam e revelam formas de resistência à colonialidade no espaço institucional.

Ao tomarem a categoria racial como temática de investigação, as pesquisas revelam como a raça e o racismo perpassam as relações que são estabelecidas no cotidiano das instituições de educação infantil. Sendo a raça uma das estratégias de dominação do projeto colonial, os estudos demonstram que as instituições de educação infantil têm atuado diretamente na produção e reprodução do racismo contra crianças negras e demais crianças que se distanciam do padrão hegemônico brancocêntrico, revelando-se assim como espaços de colonialidade que determinam hierarquizações e subalternização dos sujeitos e das infâncias.





Movimentos de resistência, protagonizados por professoras e crianças, apontam na direção do desenvolvimento de projetos educativos emancipatórios e decoloniais possíveis de transformar as práticas educativas da educação infantil e causar fissuras no projeto colonial, como forma de luta contra desigualdades e injustiças.

Decolonizar a educação infantil implica um comprometimento ético, político e epistemológico para humanizar as crianças negras e racializadas que foram historicamente subalternizadas e colocadas à margem pela experiência colonial. Implica também quebrar o silêncio e reconhecer os danos causados pela identidade branca na construção e manutenção das hierarquias raciais e sociais, que se expressam nos currículos e práticas e invisibilizam e subalternizam epistemes e culturas que não estão de acordo ao modelo eurocêntrico estabelecido.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marlene de. **Infância, educação infantil e relações étnico-raciais**. 2015. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BRANDÃO, Ana Caroline Lopes. **A Roda e a valorização das culturas infantis na creche em bases da pedagogia decolonial**. 2021. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CARDOSO, Cintia. **Branquitude na Educação Infantil: Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis**. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GARCEZ, Maria Cecilia Leme; POZZER, Suzan Alberton. (De) colonialidade da ideia de infância na educação latino-americana e caribenha. **Aula**, Salamanca, v. 28, p. 85-95, junho, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/aula2022288595>. Acesso em 25. jan. 2023.

LIMA, Ilka Monique da Costa. **Quando a questão racial se torna conversa com uma turma de educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

NASCIMENTO, Caroline de Souza do. **Percepções docentes sobre educação das relações raciais na educação infantil**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.





OLIVEIRA, Ericka Marcelle Barbosa de. **Marcas da colonialidade na educação infantil:** uma análise das dimensões epistêmicas da produção stricto sensu brasileira (2014-2022) numa perspectiva decolonial. 2023. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 11-46.

SAITU, Cecília de C. **Datas comemorativas e o currículo da educação infantil:** Reflexões sobre pedagogias decolonizadoras e relações étnico-raciais. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

SANTOS, Aretusa. **Educação das relações étnico-raciais na creche:** o espaço-ambiente em foco. 2018. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Keise Barbosa. **Descolonizar e afrocentrar a educação infantil:** corpo negro e cabelo crespo nas experiências e narrativas de crianças e professoras. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA, Daiana da. **Professoras negras:** autoria e protagonismo na construção de práticas educativas anti-racistas e decoloniais na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Marcos Antonio Batista da; RIBEIRO, Maria Silvia. Educação e cuidado de crianças de 0 a 3 anos: pesquisas contemporâneas sobre infância. **Revista Olh@res**, Guarulhos, v. 6, n. 2, p. 111-125. novembro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/776>. Acesso em 02. nov. 2023.

SILVA, Tarcia Regina da. **Criança e negra:** o direito à afirmação da identidade negra na educação infantil. 2015. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (Org). **Los conquistados, 1492 y la población indígena de las Américas.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992. pp. 437-447.

